

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

MARIANA DORNELAS DE ALMEIDA

**PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E RELAÇÕES FAMILIARES:
UMA ANÁLISE A PARTIR DOS SUJEITOS DO MOVIMENTO
POPULAÇÃO DE RUA DA BAHIA**

**UNIVERSIDADE
FEDERAL
DA BAHIA**

SALVADOR, BA

2016

MARIANA DORNELAS DE ALMEIDA

**PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E RELAÇÕES FAMILIARES:
UMA ANÁLISE A PARTIR DOS SUJEITOS DO MOVIMENTO POPULAÇÃO DE
RUA DA BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Ensino de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia, para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Mestre Larissa Daiane Vieira Barros

Salvador
2016

MARIANA DORNELAS DE ALMEIDA

**PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E RELAÇÕES FAMILIARES:
UMA ANÁLISE A PARTIR DOS SUJEITOS DO MOVIMENTO POPULAÇÃO DE
RUA DA BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para avaliação ao Curso de Serviço Social, da Universidade Federal da Bahia, para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, à banca examinadora, formada por:

Aprovado em _____.

Larissa Daiane Vieira Barros - Orientadora _____
Prof^a. Mestre do Curso de Serviço Social
Universidade Federal da Bahia

Darlane S. V. Andrade - Examinadora _____
Prof^a. Dra. do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo
Universidade Federal da Bahia

Verinilson Lima Lucio - Examinador _____
Especialista em Gestão e Projetos Sociais
Movimento População de Rua da Bahia

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por sempre renovar as minhas forças e proporcionar os elementos necessários para alcançar os objetivos na estrada da existência, me guiando para o melhor! Aos meus pais, por me ensinarem os princípios essenciais e estarem ao meu lado a todo tempo me incentivando, apoiando e direcionando nas escolhas e decisões necessárias. À minha irmã querida por todo amor regado de companheirismo; aos meus irmãos pelo apoio e carinho. À toda minha grande família, por todo carinho e torcida.

Aos meus amigos e amigas, que completam a minha grande família, não tenho muitas palavras para descrever a importância de cada um (a), mas quero fazer menção aqui de algumas pessoas, ao qual sem estas tal objetivo não seria capaz. A começar pelas minhas companheiras e amigas de jornada acadêmica: Manuzinha (minha anja enviada por Deus e sem ela seria muito difícil chegar aqui), Celma (com sábios conselhos nas horas exatas, um exemplo único de pessoa), Pri (paciência e amor sem limites) e Van (cúmplice de longos risos), minhas guerreiras que estiveram ao meu lado nos diversos desafios ao longo de toda graduação; as minhas amigas de toda uma vida: Cumadi eterna, Rol (risos únicos), Lua (Irmã lora), Selminha (cúmplice sem limites), minhas fies escudeiras, só estou aqui, pois sempre tive vocês comigo! Muito obrigada anjas, cada uma de vocês contribuiu de forma única para esta conquista. Agradeço aos que aqueceram meu coração com amor e energias positivas, me impulsionando para o meu melhor!

Do começo do meu percurso acadêmico, agradeço a toda equipe da CONTAX, onde tive experiências únicas e amizades eternas. A todos os professores do Curso de Serviço Social que, ao longo desses quatro anos, estiveram como verdadeiras bússolas direcionando. À minha querida orientadora Larissa Barros, que demonstrou dedicação, atenção e o envolvimento necessário para que esse objetivo fosse alcançado, sou extremamente grata por cada um dos muitos incentivos, direcionamento, confiança, apoio e compreensão, existentes ao longo de todo processo, obrigada por não desistir de mim!

Ao Movimento População de Rua de Salvador, pela oportunidade de Estágio, grata pelas vivências profissionais através do meu supervisor de campo Verinilson Lima, sobretudo pelas experiências pessoais adquiridas através do convívio com a Família MPR. Assim agradeço também a equipe do Projeto Adolescentes Empreendedores pela rica e nova experiência. Por fim, sou grata a todos que de uma forma ou de outra, contribuíram para a conclusão deste curso e que sempre acreditaram em mim! Muita gratidão!

Oi, leva eu, povo da rua!

Oi, leva eu, povo da rua,
Eu também quero ir, povo da rua,
E já chegou a missão,
Vamos todos nos unir,
Leva eu, povo da rua.

Trabalhamos todos juntos, povo da rua,
Verdadeiro mutirão, povo da rua,
“Fé em deus e pé na tábua”,
Buscando a libertação,
Leva eu, povo da rua.

Neste tempo tão difícil, povo da rua,
A cidade vai ouvir, povo da rua,
O grito dos oprimidos
Pra justiça construir,
Leva eu, povo da rua.

Somos o povo de Deus, povo da rua,
Nós também temos direito, povo da rua,
Nossa luta começou,
Pra parar não tem mais jeito,
Leva eu, povo da rua.

(HINO OFICIAL DO MNPR, 2016).

ALMEIDA, Mariana Dornelas. **Pessoas em Situação de Rua e Relações Familiares: uma visão a partir dos sujeitos do Movimento População de Rua da Bahia.** 51 fs., 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Colegiado de Ensino de Graduação em Serviço Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso resultou da experiência de estágio curricular obrigatório em Serviço Social, realizado na sede do Movimento População de Rua, localizada no bairro do Pelourinho na cidade de Salvador. Espaço este que favoreceu a aproximação e interesse pela temática aqui desenvolvida. Tem por principal objetivo analisar as relações familiares e seus desdobramentos, a partir das pessoas em situação de rua que frequentam o Movimento População de Rua. No decorrer do trabalho foram considerados alguns pontos como o processo de formação social brasileiro, o surgimento e trajetória do Movimento População de Rua, buscando compreender as relações familiares das pessoas em situação de rua. Assim, entrevistas e análises se deram com foco no perfil, na trajetória de rua e, sobretudo nas relações familiares dos quatro entrevistados, na busca por desenvolver uma reflexão sobre o padrão de “família” existente hoje e as suas contradições, bem como pensar família e relações familiares na condição de situação de rua.

Palavras-chave: Pessoas em Situação de Rua, Relações Familiares, Movimento População de Rua.

ALMEIDA, Mariana Dornelas. **Personas sin hogar y relaciones familiares una misión** basada del movimiento población calle de Bahía 51 Fs 2016. Trabajó para concluir el curso de graduación , licenciatura de grado en servicio social , universidad federal de Bahia , Salvador 2016.

RESUMEN

Este trabajo es el resultado de la práctica social obligatoria realizada en la sede del movimiento población de la calle ubicado en el barrio de Pelourinho en la ciudad de salvador. Este espacio, que favoreció el acercamiento e interés en el tema desarrollado aquí. Su principal objetivo analizar las relaciones familiares y sus consecuencias de la gente en la calle que asisten al Movimiento Calle Población. Durante los trabajos se consideraron algunos puntos como el proceso de formación social brasileña, el surgimiento y la trayectoria del movimiento de la gente de la calle, tanto para entender cómo viene a dar a las relaciones familiares con respecto a la población sin hogar. Así entrevistas y análisis de se han centrado en el perfil, el curso de la calle y especialmente en las relaciones de familia de los cuatro encuestados, tratando de desarrollar una reflexión más allá de que se fijará en relación con este tema.

Palabras-Clave: Personas Sin Hogar, Relaciones Familiares, Población Movimiento de la Calle.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIS	Cujo gênero é o mesmo que o designado em seu nascimento
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MPR	Movimento População de Rua
MPRSA	Movimento População de Rua de Salvador
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PNAS	Políticas Nacional de Assistência Social
TCLE	Termo de Compromisso Livre e Esclarecido
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	13
2. CAPITULO I: HISTÓRICO DA SOCIEDADE BRASILEIRA E SUAS DESIGUALDADES SOCIAIS: SURGIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E DO MOVIMENTO POPULAÇÃO DE RUA.....	16
2.1 FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: DESDOBRAMENTOS LIGADOS ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	16
2.1.1 INVISIBILIDADE, EXCLUSÃO SOCIAL E SITUAÇÃO DE MISÉRIA.....	22
2.2 SURGIMENTO E TRAJETÓRIA: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SEUS DIREITOS	25
3. CAPITULO II: FAMÍLIA E RELAÇÕES FAMILIARES.....	29
4. CAPITULO III: O PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, SUA TRAJETÓRIA E AS RELAÇÕES FAMILIARES EM SALVADOR/BA.....	33
4.1 O PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	33
4.2 A TRAJETÓRIA DE SITUAÇÃO DE RUA.....	37
4.3 AS RELAÇÕES FAMILIARES.....	41
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47
APÊNDICES.....	49

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou entender as relações familiares vivenciadas por homens e mulheres que se encontram em situação de rua na cidade de Salvador no Estado da Bahia, que frequentam a sede do Movimento População de Rua. A pesquisa se deu, sobretudo, com relação aos aspectos da realidade contada a partir dos próprios atores e atrizes, tendo em vista ter uma visão mais real dos fatos e assim uma riqueza de detalhes destes, levado em conta o contexto em que os (as) mesmos (as) estão inseridos (as) e dados de pesquisas publicadas na área.

Buscando entender o processo de construção das relações familiares com a população em situação de rua, faz-se necessário conhecer as principais características dessa população, processo de trajetória de situação rua e como vem se organizando esse segmento dentro da sociedade.

Segundo a pesquisadora que discorre sobre a temática, Maria Lucia Lopes Silva, que descreve o fenômeno social “população em situação de rua” e que tem sido utilizada como base para texto das leis para esta população, a definição deste grupo é:

Grupo populacional heterogêneo, mas que possui, em comum, a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, em função do que as pessoas que o constituem procuram os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixios de viadutos), as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoites e abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias (SILVA, 2009, p.136).

No Brasil, os censos demográficos não incluem a população em situação de rua, visto que a coleta de dados é realizada com base domiciliar. Com o objetivo de caracterizar a população em situação de rua, utiliza-se como base principal a Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua realizada a partir da cooperação e financiamento da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, em 2008.2, através de uma licitação realização com o intuito da execução da pesquisa, onde o Instituto Meta ficou responsável por esta. Assim, na pesquisa nacional foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua, vivendo em 71 cidades brasileiras que foram pesquisadas. Desse total, fizeram parte 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais, independentemente de seu porte populacional. Entre as capitais brasileiras não foram pesquisadas São Paulo, Belo

Horizonte e Recife, pois haviam sido realizadas pesquisas semelhantes em anos recentes, e nem Porto Alegre porque solicitou sua exclusão da amostra por estar conduzindo uma pesquisa de iniciativa municipal simultaneamente.

Segundo dados da pesquisa mencionada, o público-alvo foi composto por pessoas com 18 anos completos ou mais vivendo em situação de rua. Desse total, a maioria é composta por homens (82%), 53% dos entrevistados possuem entre 25 e 44 anos, 39,1% se declaram pardas, 29,5% se declaram brancas e 27,9% se declaram negras. Seguindo a pesquisa nacional, temos as razões que levaram essas pessoas à rua, assim a maioria citou um desses três motivos: problemas com álcool e/ou drogas (35,5%), desemprego (29,8%) e desavenças com a família (29,1%), como por exemplo: brigas, agressões físicas e psicológicas, entre outras.

Tendo em vista a questão da renda, a pesquisa revela que, 52,6% recebem entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais, sendo que a maioria da população em situação de rua exerce alguma atividade remunerada, ou seja, todos exercem uma atividade laboral ou não. A maior parte trabalha informalmente, apenas 1,9% afirmou possuir vínculo empregatício com carteira assinada. A maioria (88,5%) não recebe nenhum benefício governamental e apenas uma minoria de 15,7% declararam sobreviver por meio da mendicância, atividades remuneradas exercidas pela população em situação de rua: Coleta de materiais recicláveis 27,5%; Atividade de “flanelinha” 14,1%; Construção Civil 6,3%; Limpeza 4,2%; Atividade de Carregador/Estivador 3,1%, entre outras.

Em relação à escolaridade, 74% sabem ler e escrever, 17,1% não sabe escrever e 8,3% apenas assina o próprio nome. A maioria (95%) não estuda e apenas 3,8% afirmaram estar fazendo algum curso (2,1% ensino formal e 1,7% profissionalizante). Quanto ao local de pernoite, 69,6% utiliza as ruas, 22,1% utiliza albergues e 8,3% utiliza ambos. 46,5% dos entrevistados preferem dormir na rua, enquanto 43,8% preferem dormir em albergue. Do total de entrevistados que possui parentes residindo na mesma cidade, 34,3% mantém contato frequente com familiares e 38,9% não mantém nenhum contato com parentes. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, BRASIL, 2008).

Na pesquisa nacional de 2008, em razão da vulnerabilidade, evidentemente os processos de adoecimento são mais frequentes entre tal segmento. Na pesquisa analisada, 30% dos entrevistados declararam ter alguma doença, 62% não respondeu ou não sabia e apenas 8% declararam não possuir alguma doença. A drogadição não foi abordada em tal pesquisa, mas é um problema que afeta parte da população em situação como traz a autora Maria Lucia Lopes Silva. (SILVA, 2009, p.138).

A participação em movimentos sociais ainda é bem restrita, apenas 2,9% afirmou participar de algum movimento social ou organização. Entretanto, existe a organização do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e outras associações, sendo que as mobilizações concentram-se nas grandes cidades e uma parcela da população em situação de rua de fato participa, mas que vem ganhando força com o passar do tempo.

Buscando entender mais sobre esse segmento da sociedade vale ressaltar que o mesmo é formado por maioria de homens adultos alfabetizados, que trabalham para sobreviver. Apenas uma pequena minoria apresenta sofrimento psíquico, porém, a drogadição, em especial o alcoolismo, é uma doença que afeta o grupo amplamente. Pela presença no segmento social das mais diversas “classes sociais”, níveis distintos de escolaridade, faixa etária ampla e principalmente histórias de vida variada, pode-se dizer que a população em situação de rua possui como principal característica a heterogeneidade.

Assim ao analisarmos os dados da pesquisa nacional já citada, sobre as pessoas em situação de rua, é possível constatar um aspecto em comum que as caracterizam: a passagem por processos de rupturas emocionais e/ou econômicas que as levaram gradativamente a fazer da rua seu espaço de manutenção da vida. Portanto, tais pessoas não nasceram na rua, mas estão ali por um processo do qual não são capazes de controlar. Embora geralmente relatem a ocorrência de más escolhas, estas são acompanhadas de situações problemáticas relacionadas ao processo de perdas de familiares, fim de relacionamentos amorosos, desemprego, adição de drogas entre outros.

Diante dessa contextualização de quem é a população em situação de rua, os direitos previstos em lei e serviços específicos para a mesma, entretanto a violação desses direitos ainda assim é constante por vários setores, potencializando cada vez mais os riscos sociais e a situação de vulnerabilidade.

Usando como base o livro da pesquisadora Maria Lucia Lopes da Silva, Trabalho e População em situação de Rua no Brasil, publicado em 2009, onde a autora traz os principais fatores que podem vir a levar os indivíduos à situação de rua, a mesma ressalva que muitas vezes a situação de rua associam-se a múltiplos fatores que levam as pessoas a situação de rua: Pessoas que sofreram agressão; Uso do álcool e drogas; Desemprego; Rompimento com os vínculos familiares; Pobreza extrema; Desastres naturais (enchentes, deslizamentos) e, Migrantes de outras localidades.

Ao observar o contexto de vulnerabilidade social, a partir da vivência no estágio obrigatório I, II e III em Serviço Social, no Movimento População de Rua de Salvador – BA, no bairro do Pelourinho, realizadas entre 2015 e 2016, levando em conta os principais

motivos que levam as pessoas para a situação de rua, ressaltando a atenção para um desses motivos que será a temática abordada nesse trabalho: as relações familiares e os seus desdobramentos, por pessoas em situação de rua que frequentam a sede do MPR em Salvador - BA, levando em consideração as relações familiares anteriores e atuais, buscando entender em que medida essas relações ou esse rompimento interfere para a atual situação e qual a visão desses sujeitos sobre família. A partir deste contexto e aproximação optei por fazer esse estudo de uma parcela da população que vive em uma situação de extrema vulnerabilidade e exclusão social. A população em situação de rua representa uma das mais severas expressões da questão social. Assim ressaltam os autores Argiles e Silva:

A realidade da população em situação de rua põe em evidência o caráter destrutivo do sistema capitalista que cria esta situação de extrema pobreza e ao mesmo tempo provoca não só atos de crueldade, [...], como indignação, medo e temor em outros setores sociais, que se sentem ameaçados diante da ocupação de um espaço público por pessoas que não gozam do direito de um espaço privado de moradia (ARGILES; SILVA, 2011, p.1).

Cabe salientar que esta população não sofre apenas as consequências da falta de moradia, ao estar em situação de rua o (a) indivíduo (a) se vê completamente destituído de direitos sociais e políticos. Fator este que é ocasionado pelo próprio processo de exclusão social que rompe com diversas dimensões da vida social, tais como: o mundo do trabalho, sócio - familiar, a política, a da cidadania e a dimensão humana. A ruptura com as dimensões supracitadas ocorre de maneira muito intensa, a tal ponto de promover o estranhamento do próprio ser que não se vê representado por nenhum estatuto ou leis vigentes. E isto se confirma quando a população em situação de rua não participa das pesquisas nacionais realizadas pelo Censo como foi citado no início do texto. Fator este que contribui também para dificultar o processo de reconhecimento da cidadania desta parcela da população. Assim, segundo os autores supracitados:

A população de rua tem muito trabalho em conseguir sua cidadania, porque não é respeitada e nem considerada (brasileira) pela própria sociedade, que a fez povo de rua. Assim, o homem de rua é um estrangeiro dentro de seu próprio país (ARGILES; SILVA, 2011, p.1).

Diante da complexidade dessa temática, faz-se necessário realizar estudos na área, com a tentativa de acompanhar o movimento do real. Para tanto, neste trabalho teremos os seguintes objetivos: objetivo geral: Analisar de que forma as relações familiares interferem no processo da situação de rua, dos (as) sujeitos (as) que frequentam o Movimento População de Rua da Bahia, com sede na cidade de Salvador, seguindo com os objetivos específicos que são: Identificar o perfil dos (as) sujeitos (as) do Movimento População de Rua da Bahia; Compreender os motivos que levam as pessoas à situação de rua e analisar como as relações familiares interferem na vida das pessoas em situação de rua.

Nesse sentido, este estudo tem por objetivos de contribuir no processo de luta e discussões críticas sobre a temática, na tentativa de compreender cada vez mais essas relações e os motivos que levam essa parcela da população a situação de rua, na busca de criar novas estratégias para desvelamento do real.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

A metodologia utilizada no presente trabalho trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa. Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória busca desenvolver, esclarecer, mudar conceitos e ideias, e familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado. Ao final de uma pesquisa exploratória, esta permite conhecer mais sobre o assunto, e estará apto a construir hipóteses. Vale ressaltar que nesse tipo de pesquisa, haverá sempre alguma obra ou entrevista com pessoas que tiveram experiências práticas com problemas semelhantes ou análise de exemplos análogos que podem estimular a compreensão, assim neste trabalho foram feitas entrevistas com a população em situação de rua, como veremos a seguir.

Essa pesquisa se dividiu em duas partes: elementos teóricos e empíricos. Em principio se fez uma revisão de literatura sobre os principais conceitos e temas que estão relacionados à temática: Os principais conceitos que envolvem a população em situação de rua e relações familiares nesse contexto.

Os dados foram coletados a partir de pesquisa de campo, organizada com esse propósito. A pesquisa se fez com a minha inserção quanto pesquisadora na sede do Movimento População de Rua, no bairro do Pelourinho, Salvador – BA, para a coleta de dados que foi feita a partir da realidade e vivências dos (as) indivíduos (as) que frequentam esta sede e que estão em situação de rua. Vale ressaltar, que antes da coleta desses dados, os

(as) entrevistados (as) foram informados (as) sobre os objetivos da pesquisa, garantindo a escolha de participar ou não da mesma, deixando claro para os (as) entrevistados (as) que esses dados serão utilizados exclusivamente para fins científicos, garantindo o sigilo das informações. Assim, antes da entrevista, foi preenchido o documento TCLE (Termo de Compromisso Livre e Esclarecido), que tem como objetivo validar a entrevista, tendo em vista o consentimento das partes. O documento contém duas vias, uma das vias permanece com o entrevistado (a) e a outra com a pesquisadora, após ambos assinarem. Este termo é uma garantia para o entrevistado (a), que as informações fornecidas só serão utilizadas para o fim da pesquisa acadêmica e caso contrário, poderá recorrer na instância das leis, para a proibição do uso da sua entrevista.

Foram realizadas quatro entrevistas individuais, com um roteiro de perguntas semi-estruturadas, contendo questões para compor um breve perfil dos (as) entrevistados (as), questões relativas à trajetória de situação de rua e sobre as relações familiares, antes e depois da situação de rua. Autores como Triviños (1987) e Manzini (1990/1991) têm tentado definir e caracterizar o que vem a ser uma entrevista semi-estruturada. Para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos (as) informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador (a)-entrevistador (a). Complementa o autor, afirmando que a entrevista semi-estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152). Para Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. Um ponto semelhante, para ambos os autores, se refere à necessidade de perguntas básicas e principais para atingir o objetivo da pesquisa.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e sistematizadas na intenção de promover o máximo aproveitamento das informações coletadas que serviu como subsídio para as análises que aqui foram feitas, aliadas ao uso de referencial teórico desenvolvido por autores (as) relacionados ao tema.

Fizeram parte da amostra dois homens e duas mulheres que estão em situação de rua e que frequentam a sede do Movimento População de Rua. Assim, foram atingidos 100% do total dessa amostra, priorizando os (as) sujeitos que estavam disponíveis no momento da pesquisa e que tinham perfil para a mesma. Vale ressaltar que esse quantitativo de amostra de dois homens e duas mulheres, esta associado ao quantitativo de frequência na sede do MPR, tendo em vista a viabilidade da realização da pesquisa de campo. , ou seja, de segunda a sexta no turno da manhã frequentam em media esse quantitativo de pessoas a sede do MPR. Assim cabe aqui salientar que durante o processo das entrevistas passou a serem levadas em consideração também pessoas que estão recebendo o benefício social, denominado auxílio aluguel, (no valor de R\$ 300,00), pois as mesmas afirmaram que só estão recebendo porque não tem vagas disponíveis em equipamentos de acolhimento da cidade, caracterizando, assim, uma situação de rua.

A coleta e o tratamento dos dados levantados na pesquisa de campo passaram por um processo de sistematização, levando em conta uma análise crítica que norteia o tema. Assim, foi levando em conta os objetivos propostos, que visam à compreensão das relações familiares e a população em situação de rua.

Tendo em vista a análise de dados empíricos neste trabalho foi realizada a técnica de análise de conteúdo, segundo Minayo (2000) define que os dados são classificados a partir de um questionamento baseado na fundamentação teórica e elaboradas as categorias que se referenciam a um conceito abrangendo elementos ou aspectos com questões em comuns ou que se relacionam entre si.

Inicialmente, foi feita a transcrição das entrevistas, logo após realizou-se a análise do conteúdo dos depoimentos, a fim de relacionar o referencial teórico com as informações coletadas. Assim, segundo Bardin (2010), a análise de conteúdo é dividida em seis tipos de categorias, dentre elas a Análise Categorical Temática a qual foi realizada para este trabalho. Logo após, construir um esquema de análise de conteúdo, onde estes foram classificados em categorias, unidade de registro e unidade de contexto, onde buscou compreender o contexto dos depoimentos correlacionando com a bibliografia utilizada dos (as) autores (as), e procedeu-se com o tratamento e a discussão dos dados referente à temática. As categorias foram divididas em: perfil dos entrevistados (as), trajetória de situação de rua e as relações familiares.

Ao final desse trabalho, os resultados serão divulgados para a comunidade e para os órgãos que estão ligados a esta população, através de um encontro organizado para esse fim.

As discussões sobre a análise dos resultados também serão divulgadas em eventos científicos internos e externos à Universidade Federal da Bahia, visando expandir o conhecimento.

2. CAPÍTULO I: HISTÓRICO DA SOCIEDADE BRASILEIRA E SUAS DESIGUALDADES SOCIAIS: SURGIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E DO MOVIMENTO POPULAÇÃO DE RUA

2.1 FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: DESDOBRAMENTOS LIGADOS AS DESIGUALDADES SOCIAIS E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Para compreender o processo de construção da sociedade brasileira se faz necessário lembrar alguns fatores históricos, elementos fundamentais que são determinantes para compreender a atual conjuntura brasileira. Portanto, o objetivo em discorrer sobre estes aspectos históricos do país, é com intuito de compreendermos o Brasil contemporâneo e a particularidade brasileira da questão social, recorrendo ao processo de construção social brasileiro, entendendo como se constituiu as desigualdades existentes por meio das heranças do período colonial, imperial e republicano, e levando em conta o materialismo histórico¹, dos motivos e elementos ligados a essa estrutura, das forças produtivas e as relações de produção, ao qual em conjunto compõem ao longo da história a população afetada, majoritariamente negra e criminalizada pelas consequências e desdobramentos da questão social no Brasil.

Esses desdobramentos podem ser relacionados à pobreza, a falta de moradia, a violação de direitos, ao nível de escolarização baixa, ao escasso acesso à universidade, a cultura, a saúde, ao trabalho, entre outros aspectos que compõem a vida social de uma parcela da população excluída historicamente, como também o acesso aos direitos sociais e políticas públicas, voltadas para pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, assim fazendo um recorte para o processo de surgimento da população em situação de rua.

O Brasil por ter uma localização geográfica favorável, além de um extenso território rico em matérias-primas e riquezas naturais, foi visto pelos portugueses como um fornecedor

¹ Materialismo histórico é uma definição apresentada por Karl Marx, consiste na determinação do “desenvolvimento da formação econômica da sociedade como processo de história natural”. Em outras palavras, a instância científica da definição marxista de Capitalismo subsiste ou cai pela identificação de uma “lei econômica do movimento da sociedade moderna” segundo a definição apresentada por Tom Bottomore, no Dicionário do Pensamento Marxista, edição digital, Abril de 2013.

em potencial possível de dominação e exploração dos seus recursos, capaz de atender os interesses econômicos da metrópole portuguesa e do mercado europeu ocidental, dessa forma o Brasil se tornou colônia portuguesa entre os séculos XVI e XIX, tendo como base o autor Caio Prado Junior em o seu livro: História Econômica do Brasil (1945), relatando neste a formação econômica nacional, desde o período colonial até os anos 30 deste século.

Alguns desafios existiram nesse processo de exploração colonial português, um deles foi à escassez da mão de obra, já que os índios nativos em sua grande maioria não atendiam a expectativa portuguesa nesse processo de exploração escravista idealizada pelos colonizadores onde se utilizavam de mecanismos essenciais para a dominação dos nativos, contudo não se obteve sucesso por alguns fatores determinantes, como a dificuldade na comunicação entre os portugueses e os índios, a negação por parte dos indígenas ao estímulo atrativo de negociação utilizado pelos portugueses, pois se tratava de culturas e interesses totalmente opostos, Caio Prado Junior, 1945.

As questões ligadas á resistência indígena á dominação e á exploração foram outros grandes desafios enfrentados pelos colonizadores. Os índios exerciam certo domínio em conhecimento do território, assim as fugas indígenas eram comuns. Isso levou Portugal a recorrer à antiga pratica da escravidão e comercialização de negros, experiência já vivenciada pelos portugueses na exploração da costa da África em momento anterior. Dessa forma se solucionaria o problema da mão de obra, além de ser um negócio rentável aos portugueses. O processo de escravidão e utilização desse tipo de força de trabalho vivenciado no Brasil se deu no contexto do capitalismo de natureza comercial² europeu, não podendo assim ser associado ao modo de produção escravista existente nos séculos anteriores (PRADO JR, 1945).

O fim do período colonial no Brasil começa a se dar pela crise na potencialidade portuguesa em colonizar um território tão vasto, mantendo a exploração econômica e dominação em um ritmo constante com pouco investimento e utilizando-se de técnicas ultrapassadas. Com a transição do capitalismo comercial para o industrial no continente europeu, o colonialismo nesses formatos já não era condizente ao contexto econômico mundial do período. Portugal se encontrava em decadência diante dessa nova fase capitalista europeia, sucedida pela invasão francesa ao território português por meio das tropas de Napoleão Bonaparte, forçando a vinda da família real portuguesa para o Brasil, até então

²Ainda no período renascentista nos séculos XIII e XIV, começou - se a delinear o protótipo que posteriormente se configuraria como o então comércio, favorecendo a composição, desenvolvimento e estruturação da recente burguesia a partir dessa lógica. Desta maneira se deu a primeira fase do capitalismo denominada de comercial, estabelecendo as idéias de valor, consumo, produção, reprodução e apropriação, na qual se passar a definir as relações sociais existentes nesse novo contexto.

colônia, em 1808. Esse fato marca o fim do colonialismo, iniciando o período monárquico caracterizado por uma instabilidade econômica quanto à política local. Nesse momento o Brasil é constituído como parte do Reino Unido de Portugal, (PRADO JR, 1945).

A força e o regime de trabalho utilizados no período monárquico ainda seguem o modelo de exploração escravista adotados no período colonial, mantendo-se a utilização da mão-de-obra por meio da escravidão, tráfico e comercialização dos negros, como base da economia fundamental brasileira, onde o escravo era entendido como propriedade do “seu senhor” sendo desapropriado integralmente do produto do seu trabalho, sem qualquer direito de dispor para si próprio ainda que de forma superficial ou parcial da produção, para manutenção e reprodução da força de trabalho e do modo de subsistência humana. Desta forma, podemos perceber, segundo a perspectiva de Ianni³ (1991), desde o momento escravista já se estabelecia uma configuração da questão social brasileira. Os escravos podiam ser encontrados desenvolvendo diversas funções, assim nesse período as principais atividades estavam ligadas a produção agrícola, principalmente nos canaviais, nos cultivos de algodão, de arroz, de café, utilizados também nas explorações de minérios naturais, alguns outros eram usados como empregados domésticos, além de possuir valor comercial, pois era comum a prática de serem vendidos como “objetos” pelos seus “donos”.

Os escravos se tornaram dessa forma vitais para a economia nacional, contexto registrado em diversas obras literárias e históricas da nativa brasileira. Desta forma se configurou a característica essencial do conceito de acúmulo de riqueza, pela desapropriação do trabalho do outro, dentro dessa realidade. O autor Caio Prado Junior, 1942, analisando os contextos sociais e econômicos, traz um o recorte para a realidade enfrentado pelos negros nesse período: os escravos eram na sua maioria homens adultos de diferentes etnias, religiões e línguas, alguns tinham sido capturados enquanto lutavam em guerras tribais no continente africano, dificultando, assim, a organização e a resistência de forma coletiva a tais condições.

A conturbação política no império lusitano forçou os líderes portugueses situados no Brasil monárquico a retornarem a Portugal, de forma sequencial, se estabelecendo dessa forma o período conhecido como Regência, no qual apenas algumas representações da família real portuguesa permaneceram no Brasil. Mais uma vez volta a predominar a instabilidade política no cenário brasileiro imperial, abrindo espaço para diversas disputas políticas, em busca de uma maior autonomia aos governos das províncias brasileiras (PRADO JR, 1942).

³ IANNI, O. **A questão social**, São Paulo em perspectiva, janeiro/março 1991. Octavio Ianni - sociólogo, professor do departamento de sociologia da UNICAMP.

Aumenta assim as rivalidades regionais, seguida de revoltas populares que ocorreram em diversas regiões do Brasil, configurando-se as tentativas de conquistas do poder pela força, entre outras motivações existentes nesse contexto, como foi o caso das questões ligadas à abolição da escravidão. Algumas dessas revoltas ocorridas neste período estabeleceram-se a partir das organizações de resistência negra e das lutas pela abolição escravocrata no Brasil, ganhando força com o surgimento do movimento abolicionista, na segunda metade do século XIX. Intensificaram-se, assim, as pressões internas e externas existentes em prol e contra as iniciativas de abolição, fossem estas de cunho humanitário ou simplesmente para atender os interesses econômicos postos, com aumento das fugas, das revoltas e resistência por parte dos escravos, seguido de várias manifestações populares exigindo o fim da escravidão (PRADO JR, 1942).

Nesse contexto, estabelece-se o fim do tráfico negreiro para o Brasil, em 1850, seguido por outras medidas abolicionistas nos anos seguintes. Esse movimento foi se estabelecendo ainda que em meio a muita resistência e se configurou as leis que “amenizavam” os efeitos da escravidão no Brasil, quando no ano de 1888, por meio da Lei Áurea, aboliu-se “completamente” a escravidão⁴ no período imperial no país.

Houve uma mudança significativa tanto no contexto econômico quanto no social brasileiro após essa medida. A parcela conservadora dos grandes fazendeiros e dos princípios de oligarquias já existentes nesse período, com insatisfação diante da medida de abolição, resultou em um interesse expresso pelo fim do modelo imperialista no Brasil.

Outros dois pontos importantes resultados desse processo de abolição da escravidão, foi que muitos fazendeiros, antigos donos de escravos, preferiram importar mão-de-obra europeia assalariada para dar continuidade às atividades produtivas do que contratar os ex-

⁴Sabemos que a escravidão não foi abolida totalmente, pois os negros continuaram sendo subjugados, tendo o produto do seu trabalho desapropriado pelos então “antigos escravistas”, agora os próprios negros passaram a ser responsável por suprir suas necessidades básicas, a então liberdade não trouxe as condições reais necessárias para a garantia das condições de sobrevivência e reprodução da força produtiva e da cidadania. A situação dos negros continuou sendo negligenciada mesmo após da libertação, a ideologia se manteve e os negros ainda continuaram a serem “vistos” como não cidadãos, sem direitos quaisquer, restando apenas os sub trabalhos como meio de se garantir o mínimo para se sobreviver, ou seja, às relações trabalhistas seguiam a mesma lógica escravista anterior, só que dessa vez com uma nova roupagem. Muitos fazendeiros após a abolição da escravidão visando à continuidade da mão de obra utilizadas em suas produções ofereceram a manutenção do trabalho em troca de abrigo e valor irrisório como pagamento do uso da força de trabalho, só que até mesmo esses valores acabavam ficando nas mercearias das próprias fazendas como pagamento dos recursos consumidos por esses trabalhadores. Em alguns casos, as dívidas contraídas nesses estabelecimentos ultrapassavam o valor pago pelos patrões aos trabalhadores, os mantendo “refêns” dessa dívida, mesmo com o direito à liberdade estes só poderiam ir embora quando pagos os valores totais. Em alguns casos as dívidas eram passadas para as gerações futuras, prendendo gerações de negros (as) a essas terras e a relações de trabalho precárias. Até os dias atuais em lugares mais afastados dos centros urbanos se pode encontrar situações de trabalho nessa configuração que seguem as linhas do trabalho escravo.

escravos como seus trabalhadores assalariados, expulsando-os assim os ex-escravos de suas terras (IANNI, 1991).

Por sua vez, o governo da época denominado imperialista, não fazia questão de legitimar as questões que permitisse integrar os ex-escravos à sociedade, não garantiu medidas que os tornassem cidadãos com direitos civis, nem condições básicas de sobrevivência como moradia, educação, emprego entre outros aspectos essenciais, mesmo diante da tida “liberdade” estabelecida por lei. Ainda carregados pelas ideologias racistas predominantes, a situação do negro mais uma vez foi negligenciada, não se considerando a situação de miséria e abandono social aos quais os ex-escravos estavam expostos agora, um grande contingente de pessoas ao qual não tiveram condições de serem absorvidas pelas atividades produtivas da época, sendo estas por fatores ligados a qualificação, a migração interna existente, caracterizando desta forma os fundamentos essenciais do que se configuraria a situação de pauperização no Brasil, como exclusão social ao longo da história. Como veremos ao longo deste trabalho, um nítido reflexo dessa exclusão social está diretamente refletida na população em situação de rua, cuja situação de vulnerabilidade é extrema e vem se mostrando assim ao longo da história da população negra e pobre no Brasil.

Diversos fatores contribuíram para o descontentamento das elites agrárias ao qual se estabelecia o suporte necessário para a manutenção do império. Ao perder o apoio político, econômico e conseqüentemente o social, o modelo imperialista não atendia mais os desejos dos grupos conservadores tradicionais existentes. Com a abolição da escravidão no império, essa relação se agravou ainda mais, principalmente pela falta de indenizações aos grandes fazendeiros, referente ao valor pago pelos antigos proprietários de escravos, causando insatisfação e um rompimento do pilar de sustentação importante ao sistema imperial, despertando um desejo de “vingança” contra a monarquia. Assim, essa elite agrária passa não só a apoiar, como também em alguns casos, a compor e sustentar os ideais republicanos e o fim da monarquia. Partindo de uma perspectiva republicana, constitui-se uma aliança entre os grupos predominantes e os militares, ou seja, elite insatisfeita pressionou os oficiais do exército a um embate objetivado pela destituição do domínio monárquico.

Estabeleceu-se, assim, a República Federativa do Brasil no ano de 1889, um governo no qual se detinha da força militar em conjunto com as oligarquias⁵ proeminentes da época, governando para atender os interesses econômicos e a manutenção do poderio dessa classe.

⁵O termo oligarquia é empregado para se fazer menção às primeiras décadas do seu regime republicano, em que os grandes proprietários de terra utilizavam de sua influência política e econômica para determinar os destinos da nação.

Embora o governo republicano demonstrasse que todos os cidadãos tinham o direito de votar, apenas às pessoas que detinham um determinado quantitativo de terra votavam, como foi adotado em algumas medidas durante o período monárquico, se mantendo outros elementos excludentes e de caráter a predominância social para a parcela dominante (elite) da população, como direito ao voto apenas para os homens alfabetizados, em um contexto onde a população do país era majoritariamente analfabeta (PRADO JR, 1945).

Nesse momento se reafirma o antagonismo de classes⁶ existente nas bases dos regimes anteriores, consolidando a burguesia brasileira fruto dos períodos colonial, imperial e republicano por meio das oligarquias, e o proletariado composto pelos trabalhadores rurais, pequenos comerciantes e majoritariamente dos excluídos, socialmente ex-escravos.

A classe burguesa vai se configurando desde os primeiros momentos ainda no Brasil colônia e posteriormente no imperialismo brasileiro pelo processo de acúmulo da riqueza pelo trabalho escravo e a desapropriação do produto do trabalho dos negros, pelos então ricos e poderosos proprietários rurais da época, anteriormente senhores dos engenhos ou grandes produtores coronelistas se consolidando no período republicano pelos oligárquicos.

Estes grupos sociais (burguesia) eram compostos por famílias de grandes proprietários no qual se concentrava o domínio cultural, político e econômico do país, exercendo essa influência para atender seus interesses particulares ainda que se estabelecesse nesse lugar de privilégio, em detrimento do atendimento às necessidades populares. Essa conjuntura se estratifica ainda mais no processo de industrialização brasileiro nas décadas seguintes, provocando um acirramento nas relações sociais, econômicas e trabalhista, favorecendo e fortalecendo as desigualdades⁷ sociais, ampliando a distância entre os ricos e pobres da nação, intensificando a situação de miséria já existente, provocando uma ambiguidade no processo de industrialização entre a produção de riqueza e aumento da pobreza de forma paralela (IANNI, 1991).

Ao observarmos o processo de formação da sociedade brasileira é necessário compreender que a história não é única, muito menos imutável, mais se configura a partir do processo de expansão e dominação social. Desta forma as desigualdades brasileiras são

⁶Segundo a teoria marxista-leninista o antagonismo de classes é um fenômeno regido por leis sociais historicamente constituídas no momento em se mudam as formas de produção e reprodução de riqueza, pela divisão social do trabalho e pela forma de organização social em grupos, onde as pessoas são distinguidas por fatores econômicos determinantes, onde os homens que detém a posse dos meios de produção e seus recursos necessários se contrapõem aos homens que não possuem os meios de produção, restando apenas a estes a própria força do trabalho. Estabelecendo-se a relação de exploradores versus explorados de forma antagonica.

⁷Uma ideia subjetiva, mas que se caracteriza de forma concreta se manifestando de inúmeras formas nos contextos sociais e econômicos de uma população, configurada pela diferenças existentes nas relações sociais e seus desdobramentos que muitas vezes se apresentam de forma discrepantes ente si.

reflexos desse processo histórico, no qual os mecanismos de dominação, exploração e relações das forças produtivas utilizados no período de colonização e posteriormente nos monárquicos e republicanos possibilitaram a manutenção e reprodução das heranças ligadas a essa estruturação. Assim, acompanhando o desenvolvimento da história, começamos a perceber como se deu o surgimento de populações em situação de vulnerabilidade social, em específico a população em situação de rua na qual esse trabalho se predispôs a refletir, para tanto continuaremos nos próximos tópicos.

2.1.1 INVISIBILIDADE, EXCLUSÃO SOCIAL E SITUAÇÃO DE MISÉRIA

Ao compreender processo de formação social do Brasil, percebe-se como se constituiu historicamente a conformação do capitalismo no Brasil e a produção das desigualdades existentes hoje, sendo este fruto das heranças do período colonial, imperial e republicano como apresentado no tópico acima. Tais conjunturas estão ligadas diretamente ao modelo de produção e reprodução de riqueza, adotado no Brasil, no qual se configuraram as bases da questão social brasileira, promovendo o acirramento das relações sociais nos âmbitos políticos, econômicos, trabalhistas, interpessoais e individuais do contexto social. A população afetada nesses processos vem sendo criminalizada pelas consequências e desdobramentos da questão social no Brasil. A população negra ao longo da história foi tida como “invisíveis” no âmbito social, político e econômico, restando a estes apenas espaços vulneráveis e periféricos no cenário brasileiro.

Os processos históricos do Brasil vão definir as bases estruturais das desigualdades e do antagonismo de classes que, em conjunto constituem a questão social brasileira. Em uma análise marxista, no que diz respeito à desapropriação do trabalhador do produto e da riqueza produzida pelo seu trabalho, trazendo para a realidade brasileira, ao considerarmos o trabalho escravo negro, é possível associar também as questões raciais ao antagonismo de classes, com a gênese em concepções racistas escravocratas, desenvolvidas desde o período pós-abolição até a atualidade.

Com o contexto citado a cima, aos poucos foi se constituindo o “lugar” do negro socialmente, estando em uma situação extremamente desfavorável, à margem da sociedade no Brasil, desconsiderando o papel fundamental como a principal força de trabalho utilizada no processo de construção da riqueza no país ao longo de três séculos, período correspondente à escravidão, ignorando também o tamanho dessa população, que após a abolição, passar a

compor os “invisíveis socialmente”. Este conceito é discutido por Souza⁸ (2010), que trabalha a perspectiva que os define como aquelas pessoas que constantemente estão à margem da sociedade, invisíveis pelo coletivo, sendo subjugadas por questões ligadas ao próprio preconceito, à indiferença e os determinantes econômicos, passando a assumir um papel de “objeto” no contexto social, pois não se tinha o reconhecimento de cidadania ou perspectiva de acessibilidade a direitos sociais, individuais e coletivos.

Nessa perspectiva, é preciso considerar os modos de produção adotados, a tempo e em momentos anteriores, pois para observarmos as contradições existentes no Brasil hoje e seus desdobramentos, como é o caso das pessoas em situação de rua, tema abordado nesse trabalho. Para tanto, se faz necessário antes uma análise dos aspectos ligados ao modo de produção da vida material, aos mecanismos de consumo existentes, a exploração e desapropriação do trabalho e a apropriação de excedentes produzidos, construídos socialmente e historicamente.

A composição das relações de classe brasileira está relacionada diretamente aos aspectos raciais predominantes na formação social brasileira. Suas mudanças ao longo dos tempos e da história, até a atualidade, onde tais conflitos foram estabelecidos, ligados a interesses de classes, não podem ser compreendidos por si só. Como bem mostra Ianne “Conforme a época e o lugar, a questão social mescla aspectos raciais, regionais e culturais, juntamente com os econômicos e políticos, isto é o tecido da questão social, mescla desigualdades e antagonismos de significação estrutural” (IANNE, 1991, p. 4). Sendo assim, a questão social se reafirma no Brasil no processo de industrialização e consolidação do modo de produção capitalista no período republicano, no qual se estabelece mais uma vez um antagonismo entre as classes e a apropriação da riqueza produzida pelo grande capital.

Tais condições apresentam aspectos ligados diretamente à questão social o que Ianne (1991) nomeia como “elo básico da problemática nacional”, no seu texto intitulado: “A Questão Social”, o autor vai discorrer sobre essa temática, trazendo-a como “tema básico e pertinente à sociedade brasileira”, diretamente ligada a elementos essenciais, que perpassam a questão social estando presente nas relações existentes na sociedade e com o próprio Estado.

Durante a república, considerando os períodos oligárquicos, populistas, militar e contemporâneo, as manifestações da questão social se configuram como um elemento central

⁸ SOUZA, J.F.A. **Invisibilidade social**: a outra face do preconceito, Informações retiradas do site <http://www.webartigos.com/artigos/invisibilidade-social-a-outra-face-do-preconceito/31904/>, acesso em 30/08/2016. José Frazão Araújo Souza é pesquisador sobre a temática, formado em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz – Ilhéus (BA), professor da rede pública de ensino, pós-graduado em História do Brasil pela mesma instituição, e Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Universidade do Espírito Santo.

de atuação visto como um “desafio a ser vencido” sempre presente nas propostas e discursos de governo, contudo sempre teve como foco as medidas paliativas, superficiais e de caráter voltado apenas ao controle social, desconsiderando-as de modo amplo e estrutural.

Desde o declínio do regime de trabalho escravo, ela passou a ser um integrante cotidiano em diferentes lugares da sociedade nacional. A despeito das lutas sociais que envolvem e das medidas que se adotam em diversas ocasiões, para fazer face a ela, continua a desafiar os distintos setores da sociedade. Ao longo das várias repúblicas formadas desde a Abolição da Escravatura e o fim da Monarquia, a questão social passou a ser um elemento essencial das formas e movimentos da sociedade nacional. As várias modalidades do poder estatal, compreendendo autoritarismo e democracia, defrontam-se com ela. Está presente nas rupturas políticas ocorridas em 22, 30, 37, 45 e 64, para mencionar algumas. Dentre os impasses com os quais se defronta a Nova República, destaca-se também a relevância da questão social (IANNI, 1991, p.3).

A questão social continua sendo vista como um desafio para a nova república trazendo consigo seus desdobramentos que reflete a situação social brasileira ao qual foi fomentada ao longo da história, reproduzindo as desigualdades existentes, podendo ser percebidas no fenômeno ambíguo em relação crescimento econômico e o aumento no número de pessoas em situação de miséria, levando a classe trabalhadora e os “invisíveis socialmente” permanecem em situações de pobreza e vulnerabilidade, nesse mesmo momento o poder estatal assumiu um papel consolidador nas relações.

A relação existente entre a expansão do capitalismo, as questões ligadas à discriminação racial⁹ que fazem parte da questão social no Brasil, não se apresentam em determinados momentos e contexto de forma específica ou expressiva, mas assume um caráter sutil, principalmente quando encaradas de forma transversal com as questões étnicos raciais. Dependendo de aspectos ligados aos contextos econômicos, políticos e de valores morais predominantes. O que se traz para reflexão é que a estratificação social¹⁰ brasileira não se baseia apenas pela pigmentação da pele, o fator historiográfico perpassa por elementos de cunho racistas diretamente combinados com a expansão capitalista adotada no contexto brasileiro e o seu modelo de produção, reprodução e apropriação da riqueza. Fatores presentes constantemente na disputa das forças antagônicas existentes na sociedade brasileira. Com isso

⁹ A exclusão ou restrição ligada a aspectos raciais ou étnicos se entende como discriminação racial, produzindo distinções por meio da cor da pele ou origem nacional, como caráter segregatório comprometendo as condições de igualdade social ou individual e os direitos sociais.

¹⁰ A sociologia define a estratificação social como um sistema pelo qual a sociedade se organizou tendo como base a categorização das pessoas por grupos hierárquicos. Desta forma a sociedade se divide em estratos, camadas ou classes, não considerando apenas os aspectos ligados as diferenças individuais, como também os laços de parentescos, econômicos, crenças. Sendo assim, continua por meio das gerações, possuindo uma característica universal, mas variável dependendo do contexto.

é possível compreender a que a própria concepção da questão social é ampla, cabendo mais de uma interpretação dos fenômenos ligados a ela, como também explicações distintas para o mesmo cenário.

Em vista da ampla concepção da questão social, ressalvo nesse presente trabalho um dos seus desdobramentos: o fenômeno população em situação de rua, podendo se dizer que é uma das mais severas expressões da questão social. Veremos a seguir como se deu o surgimento e trajetória deste seguimento populacional dentro da sociedade, tendo como foco a organização política e a conformação do Movimento População de Rua.

2.2 SURGIMENTO E TRAJETÓRIA: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SEUS DIREITOS

Na busca por entender como se deu a constituição do Movimento de População de Rua, vale ressaltar alguns pontos históricos, no tocante ao surgimento desse segmento populacional. Segundo Stoffels (1977), o aparecimento da população em situação de rua se dá na Grécia antiga a partir da decomposição da sociedade arcaica e com as características que a seguem, tal como a consolidação da propriedade privada, o estabelecimento da escravidão, das cidades e do Estado, o direito escrito, a economia monetária e a divisão do trabalho. De maneira semelhante, em Roma, a mendicância seria produto de despejos rurais provocados pela guerra, da dissolução de exércitos, extensão do regime escravocrata e da consolidação da propriedade privada. Com o passar do tempo se estabelece enquanto uma prática organizada e repleta de especificidades.

Assim, a ocorrência de pessoas vivendo nas ruas vai sendo cada vez maior, fazendo as cidades como espaço onde essas pessoas passam a viver e a desenvolver suas atividades. É a partir do momento em que as cidades tomaram força e passaram a representar o principal espaço de convivência humana que decorreram diversas mudanças na forma de vida. Como consequência desse novo modo de vida e de suas implicações econômicas e sociais, passou a existir, em diferentes momentos históricos, registros de pessoas fazendo das ruas seu espaço de moradia, no Brasil, desde antes do Império, como denotam as “Leis Criminais do Império” (1830), o fenômeno existiu, sendo na maior parte da história do Brasil criminalizado como mendicância e vadiagem. O sentimento que preponderou, e que de certa maneira prepondera até hoje, na sociedade brasileira, é o de contrariedade aos bons costumes e ao valor do trabalho por parte do segmento e a necessidade de proteger a sociedade das pessoas em

situação de rua tidas como vadias, pautando-se em políticas de segurança pública e, conseqüentemente, na criminalização e repressão, que acabam incentivando a higienização e segregação social (BRASIL, 1830; BRASIL, 1890). Assim, com o passar do tempo, a situação foi se tornando cada vez mais complexa, tendo em vista a situação de vulnerabilidade social que afeta diretamente em situação de rua.

No Brasil é na década de 1980, as pessoas em situação de rua (2008), como definição para movimentos sociais: “Nós os encaramos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas” (Gohn, 2008). Assim, criam - se identidades para grupos antes dispersos e desorganizados, como bem acentuou Melucci (1996). Neste sentido, os movimentos sociais ao realizar algumas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social, pois aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo.

Através de muitas reuniões, atos políticos, articulação política e muito enfrentamento, por parte das pessoas em situação de rua, junto ao Movimento Nacional População em Situação de Rua, pode-se observar algumas conquistas, entre leis, decretos e portaria onde se encontram respaldadas como a Constituição Federal de 1988. Em seu capítulo II – da Seguridade Social, art. 203, 204, 226, e 227, traz o fundamento legal para a proteção social às pessoas, familiares e, especialmente, a crianças e o adolescentes em situação de vulnerabilidade e de risco pessoal e social, visando o cumprimento dos direitos.

A Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993, vem regulamentar os pressupostos constitucionais, conferido a Assistência Social o status de Política Pública, Direito do cidadão e Dever do Estado. Essa Política Nacional de Assistência Social, no que diz respeito às pessoas em situação de rua, busca priorizar os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar as condições para que possam adquirir referencias na sociedade, enquanto sujeito de direito que são. A Política Nacional de Assistência Social, de 2004, prevê na Proteção Social Especial o atendimento à população em situação de rua. A Lei nº 11.258/2005, que alterou o parágrafo único do Art. 23 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), obriga os Municípios a criar programas de amparo/proteção às pessoas que vivem em situação de rua. (NOB-SUAS, 2011).

Algumas conquistas foram alcançadas por parte do processo de luta da população em situação de rua, como o decreto nº 7.053, de 23 de Dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, que desdobra nos seguintes artigos: Art. 5º

São princípios da Política Nacional para a População em situação de Rua, além da igualdade e equidade: I – respeito á dignidade da pessoa humana; II – direito á convivência familiar e comunitária; III – valorização e respeito à vida e à cidadania; IV – atendimento humanizado e universalizado e, V – respeito às condições sócias e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

A partir de 2011, quando foi instituído o decreto 7.492/2011 que se deu no Plano “Brasil sem Miséria” do governo federal, que tem a finalidade de superar a situação de extrema pobreza da população em todo território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações. Composto o Plano Brasil sem Miséria temos: portaria nº 122, de 25 de Janeiro de 2011, pelo Ministério da Saúde, institui o Consultório de Rua, que tem foco no atendimento à Saúde Mental, Álcool e Drogas; a portaria nº 610, de 26 de Dezembro de 2011, do Ministério das Cidades determinou que as pessoas em situação de rua, que estejam recebendo acompanhamento socio assistencial, deverão ter prioridade no sorteio das casas do Programa “Minha Casa Minha Vida”.

Em 2012, é instituído o decreto lei 13.795/12, onde o Programa “Bahia Acolhe” surge tendo como principio que a rua não é lugar para se viver com dignidade. Sendo assim, deve-se possibilitar o acesso dessa população aos direitos sociais, a garantia do convívio familiar e comunitário e as condições para superação desse problema social. O Decreto Municipal nº 23.836, de 22 de Março de 2013, criou a Política Municipal de População de Rua de Salvador (PMPR), que também deverá ser acompanhado pelos movimentos sociais que tem o papel de monitoramento da Rede, cobrando, assim, as Políticas Sociais, e a efetivação das mesmas. O movimento social que fica responsável a priori por esse monitoramento em Salvador é o Movimento População de Rua (MPRSA), cuja sede está localizada no bairro do Pelourinho e conta com uma equipe multidisciplinar. Dentre os princípios que estão dentro dessa Política Municipal de População de Rua (PMPR), podemos ressaltar como principais Direitos: Direitos Humanos; Segurança Pública e Justiça; Trabalho e Emprego; Desenvolvimento Urbano e Habitação; Assistência Social; Educação; Segurança Alimentar e Nutricional; Saúde; Cultura; Esporte e Lazer.

A Política Nacional para a População de Rua tem como foco a intersetorialidade como uma estratégia de negociação permanente para o desenvolvimento de serviço, programas, projetos e benefícios que atendam aos direitos humanos desta população nas diversas políticas publicas, de modo a formar uma rede que assegure a efetividade e a qualidade da atenção ofertada, BRASIL (2009).

Visando essa rede, foi criada a Tipificação de serviços, aprovada a partir da Resolução nº 109/09, do Conselho Nacional de Assistência Social 01, que procura organização a prestação dos serviços aos diversos usuários no campo da assistência social. Esta organização compreende nas definições de padrões mínimos de qualidade na oferta desses serviços. Portanto, a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, está organizada por níveis de complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS): Proteção Social Básica; Proteção Especial de Média Complexidade; Proteção Especial de Alta Complexidade.

Assim, cabe à Assistência Social o desenvolvimento de programas e serviços sociais que cubram, reduzam ou previnam exclusões, riscos e vulnerabilidades sociais, (SPOSATI, 1998), bem como atendam às necessidades emergentes ou permanentes decorrentes de problemas pessoais ou sociais de seus usuários, visando a garantir o seu acesso a direitos sociais e o desenvolvimento de sua autonomia (NOB-SUAS, 2005).

Tendo em vista os direitos humanos e sociais já previstos por lei para a população em situação de rua, no capítulo seguinte começaremos a ver perspectivas de família e as relações familiares começando, então a pensar como essas questões vêm sendo vivenciadas pelas pessoas em situação de rua.

3. CAPITULO II: FAMÍLIA E RELAÇÕES FAMILIARES

Buscando entender como vem se dando a família e as relações familiares no que diz respeito à população em situação de rua, faz-se necessário resgatar alguns pontos históricos e contemporâneos no tocante ao processo de formação da família e das relações familiares existentes e predominantes na sociedade, buscando-se assim uma melhor compreensão, tendo em vista a complexidade da temática e que podem variar de acordo com a época.

Resgatando como surgiu a noção de família tal qual utilizamos atualmente, teremos o modelo patriarcal que era tido como hegemônico, assim o autor Engels na sua intitulada obra, “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” (2012), relata que esse surgimento se deu junto e ou a partir da propriedade privada, tendo em vista as questões vinculadas a repasse de herança, onde na época foi preciso estabelecer padrões, para que houvesse o repasse dessa herança, reforçando uma mentalidade conservadora, sendo contrária a revolução, a militância política e as inovações culturais.

Assim a perspectiva de família surge como uma espécie de controle social, passando a ter um papel fundamental na sociedade. As relações sociais por sua vez, passam a ser reguladas a partir da instituição familiar, organizando e definindo a formatação social. Essa concepção de família perpetuou durante séculos, se ajustando aos diferentes contextos sociais, sendo à base da sociedade civil (ENGELS, 2012).

Ampliando o conceito de família e suas relações, a autora Cecília Sardenberg no texto: “E a família, como vai? Reflexões sobre mudanças nos padrões de família e no papel da mulher” (1997) traz de forma ampla reflexões acerca da temática família, a mesma traduz o trecho a seguir, de Amy Swerdlow:

O conceito de família é uma parte tão importante da nossa herança psicológica e cultural que a simples menção do termo evoca intensas emoções. Sentimentos de amor e dor, memórias de momentos agradáveis ou ruins e sentimentos de lealdade e obrigação tendem a borrar nossa visão. É difícil, até mesmo para aqueles treinados na análise social, pensar sobre família sem qualquer emoção ou examiná-la meramente como uma instituição social (AMY SWERDLOW, APUD, SARDENBERG, 1997, p.2).

O conceito de família ou relações familiares a cada dia é mais complexo, pois, cada indivíduo entenderá a sua família e suas relações de acordo com as suas vivências individuais e coletivas, culturais e ideológicas em cada contexto e época da sociedade, sendo ressaltado

em alguns momentos o caráter contraditório da mesma. Assim, as sociólogas inglesas, Michele Barrett e Mary McIntosh, trazem alguns pontos importantes para esse trabalho:

A família é um fenômeno escorregadio [...] que deve ser entendida de duas maneiras. É, com certeza, uma instituição social e econômica [...]. Mas tem uma outra dimensão [...], a de família enquanto ideologia. De várias maneiras a instituição e a ideologia estão reciprocamente relacionadas e se reforçam mutuamente. Mas o modelo de vida familiar talvez seja muito mais forte do que se pensa. O modelo de vida familiar permeia nossa sociedade e nossas instituições a tal ponto que, longe de se falar sobre o declínio da família, deveríamos falar do caráter familiar da sociedade (BARRETT; MCINTOSH, 1982:08).

Portanto, ao falar sobre família é inegável não pensarmos nas mudanças que vem ocorrendo no que é considerado como um modelo de família. As atitudes e comportamentos familiares, principalmente no que se referem aos padrões de organização familiar interferem na mudança do conceito de família, assim esse conceito pode ter diferentes significados, abrangendo grupos sociais diferentes. Como discorre Cecília Sardenberg (1997), em seu texto já supracitado, tendo em vista uma visão ampla de família, será levado em conta elos de consanguinidade, adoção ou casamento, onde esses sujeitos se reconhecem ou são reconhecidos como parentes, assim dessa maneira podem ser consideradas inúmeras pessoas que compõem a mesma família, porém essa visão ampla não leva em conta aspectos de proximidade e afeto, podendo ser considerados parentes sem os mesmos se conhecerem.

A autora discorre também sobre uma formação de família que os sociólogos e antropólogos denominam de família nuclear ou conjugal onde só será levado em conta a presença do pai, da mãe e dos filhos. Essa definição é evidenciada pelo Novo Dicionário da Língua Portuguesa por Aurélio Buarque de Hollanda (1975): “Pessoas aparentadas, que vivem em geral, na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos”, ou ainda, “comunidade construída por um homem e uma mulher, unidos por laço matrimonial e pelos filhos dessa união”. Após citar essas duas noções de família, Cecília Sardenberg (1997), faz uma crítica a esse modelo ou de ideal de família, que definem normas, implicando em uma união heterossexual e monogâmica, validado com o laço matrimonial, que em geral vivem na mesma casa, sendo que são levadas em conta apenas duas gerações de parentes, ressaltando que os filhos só fazem parte se for dessa mesma união. Dessa forma, são deixados de lado muitas famílias brasileiras que não se “encaixariam” nessas normas.

A Constituição Federal Brasileira (1988), no Art. 226, traz de forma um pouco mais ampliada o conceito de família, que engloba laços matrimoniais não formais, ou seja, por

união consensual, incluindo também entidades familiares compostas por pais, casados ou não, e seus filhos, em convivência estável. Por fim reconhece qualquer entidade familiar composta pelo pai ou pela mãe e seus descendentes. Porém, mesmo com essa ampliação de conceito, a legislação atual descartou as famílias de união homoafetiva, não levando em conta a união de parceiros do mesmo sexo, mesmo que estes tenham filhos e uma convivência estável.

Diante do contexto acima citado, vale ressaltar os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), que diz que na região Sudeste existem cerca de 32.202 casais com relações homoafetivas, seguida pela Nordeste, com 12.196 casais. O Norte aparece com 3.429, o Centro-Oeste com 4.141 e o Sul com pouco mais de 8 mil casais homoafetivos. São mais de 60 mil casais identificados. Ainda de acordo com o levantamento do IBGE (2010), 25% das famílias brasileiras não são do modelo tradicional, ou seja, são famílias que não fazem parte do modelo nuclear, tendo em vista o novo estatuto da família.

Vale aqui ressaltar como os dados de censos populacionais vigentes analisam a temática família, principalmente aqueles oferecidos pelas Pesquisas por Amostra de Domicílio (PNAD), que não tomam como base necessariamente a família, mas sim grupos domésticos. Como traz a autora Ana Maria Goldani: “a definição de família para o IBGE, tanto nos censos como na PNAD, equivale a de unidade doméstica residencial e não há concepção mais comum, que é o de família como grupo de pessoas conviventes que mantém vínculos de parentesco resultantes de consanguinidade ou de adoção” (1994; 304, nº11).

Seguindo as reflexões críticas de Cecília Sardenberg (1997), que traduz o trecho a seguir por Amy Swerdlow:

Quem define o que é família? O governo, a opinião popular, ou será um dado conjunto de crenças religiosas e morais que leva alguém a decidir se duas pessoas que não são aparentadas biologicamente ou legalmente, mas que compartilham um lar, recursos financeiros e um compromisso mútuo alongo prazo, constituem uma família, um casal descasado, ou são apenas companheiros de quarto? (AMY SWERDLOW, 1981; XVI APUD SARDENBERG, 1997).

As questões levantadas sem dúvida são bem complexas e contemporâneas, assim nos fazendo refletir, sobre o qual “modelo” familiar em que vivemos. Assim nesse trabalho assumo a perspectivas de “família” e as relações familiares para a além dos laços consanguíneos, parentescos e pessoas que não precisem conviver sobe o mesmo teto. Neste sentido, ressalto a noção de família segundo o autor Pierpaolo Donati (1991): Ela (a família):

[...] não existe para satisfazer uma ou algumas funções sociais, mas um leque potencialmente indefinido, enquanto a família é uma relação social plena, ou

seja, um “fenômeno social total” [...] que implica todas as dimensões da existência humana. (DONATI, 1991, p. 33).

Seguindo na linha de reflexão do autor Donati 1991, teremos um novo paradigma ao qual o autor denominou de “relacional”, que foi elaborado para compreender os fenômenos da sociedade. A abordagem relacional:

Propõe-se a definir o que é família através da compreensão menos reducionista possível do modo de ser de uma relação social que é feita de referências simbólicas e de vínculos estruturais, os quais dão vida a um fenômeno emergente que tem propriedades distintas (DONATI, 1991, p. 70).

Assim a abordagem relacional avalia e interpreta os aspectos invisíveis, porém, extremamente reais que ligam as pessoas para cooperarem ou entrarem em conflito em sua convivência social.

No capítulo seguinte veremos como as concepções de família e como as relações familiares, vão dialogar com a população em situação de rua, a partir da visão dos quatro sujeitos que foram entrevistados, assim será analisado como as relações familiares desdobram sobre a população em situação de rua.

4. CAPITULO III: O PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, SUA TRAJETÓRIA E AS RELAÇÕES FAMILIARES EM SALVADOR/BA

4.1 O PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A pesquisa foi realizada com quatro pessoas: duas mulheres e dois homens, que estão em situação de rua e que frequentam a sede do MPR, priorizando os sujeitos disponíveis no local. Assim esse perfil tem em vista a caracterização sociodemográfica dos entrevistados (as) da presente pesquisa, na busca por uma melhor compreensão do contexto vivenciado, respondendo assim aos objetivos (geral e específicos) prioritários deste trabalho.

Quadro 1. Caracterização sociodemográfica dos entrevistados da pesquisa

Entrevistas	Nome fictício	Sexo/ Gênero	Idade Anos	Cor/ Raça	Escolaridade	Orientação sexual	Fonte de Renda
01 Terra	Terra	F / Se reconhece como Mulher (CIS)	51	Parda	Primário completo	Heterossexual	Artesanato, bolsa família e auxílio aluguel
02 Marte	Marte	F / Se reconhece como Mulher (CIS)	35	Parda	Ginásio Incompleto	Heterossexual	Prostituição
03 Plutão	Plutão	M/Se reconhece como Homem (CIS)	64	Parda	2º grau completo	Heterossexual	Artesanato
04 Vênus	Vênus	M / Se reconhece como Mulher (Transexual)	58	Negro	1º grau completo	Homossexual	Bolsa família, auxílio aluguel e vendedor ambulante

FONTE: Dados obtidos a partir da pesquisa: Pessoas em Situação de Rua e relações familiares: uma visão a partir dos sujeitos que frequentam o Movimento População de Rua. Salvador, Bahia, 2016.

Os nomes ou apelidos que foram fornecidos pelos entrevistados (as), não serão utilizados tendo em vista respeitar o anonimato dos (as) mesmos (as) e sigilo do trabalho. Assim, foram utilizados nomenclaturas de planetas do nosso sistema planetário para melhor distinção entre eles.

As duas mulheres entrevistadas na pesquisa, Terra e Marte, com sexo feminino, que se identificam com o gênero de mulher, ou seja, cisgênero (CIS), (aquela pessoa que se identifica com o gênero designado de seu nascimento), e declararam ter a orientação sexual

heterossexual. No tocante aos homens, Plutão se identifica com o sexo masculino, se reconhecendo com o gênero de homem, ou seja, um homem CIS, com a orientação sexual heterossexual, e Vênus, sexo masculino, e se identifica com o gênero feminino, declarando sua orientação sexual como homoafetiva, ou seja, Vênus é transexual, pois não se reconhece com o gênero designado do seu nascimento.

Segundo dados obtidos na pesquisa nacional realizada em 2008, existem mais homens (82%) do que mulheres (18%) em situação de rua, contudo aqui buscamos uma mostra homogênea proporcional tendo em vista a situação de vulnerabilidade de ambos os sujeitos. Vale ressaltar que a pesquisa nacional supracitada não leva em consideração a orientação sexual e nem a identidade de gênero dos indivíduos pesquisados, passando a enquadrar todos a partir da ideia heteronormativa, limitando as escolhas entre ser homem ou ser mulher, excluindo assim as particularidades de inclusão de uma parcela desses indivíduos.

No que diz respeito à faixa etária dos entrevistados varia entre 35 a 64 anos, sendo que as mulheres são mais novas que os homens. Segundo dados da pesquisa nacional, todos os entrevistados tinham 18 anos completos ou mais vivendo em situação de rua. Desse total, 53% dos entrevistados possuem entre 25 e 44 anos. Assim ao confrontarmos os dados das duas pesquisas, podemos perceber uma diferença entre as idades obtidas sendo que o objeto de pesquisa desse trabalho obteve uma faixa etária mais elevada do que a pesquisa nacional.

Em relação à cor/raça dos entrevistados (as), as mulheres Terra e Marte, e o homem Plutão se reconhecem com a cor/raça parda, e Vênus se reconhece como negro. Segundo os dados da pesquisa nacional 2008, a maioria dos entrevistados se declara pardas 39,1%, em segundo lugar temos 29,5% que se declaram brancas e 27,9% do total de entrevistados se declaram negras. Assim na pesquisa realizada neste trabalho, se percebe que a maioria se declara parda bem como na pesquisa nacional, porém não se teve nenhum entrevistado que se declarou de cor branca, divergindo nessa perspectiva dos dados da pesquisa nacional. A minoria, por sua vez, se declarou de cor negra em ambas as pesquisas.

No tocante a escolaridade dos (as) entrevistados (as), temos uma variação, onde cada um dos quatro apresentou distintos graus de ensino. A entrevistada Terra declarou que tem o primário completo; a entrevistada Marte tem o ginásio incompleto; O entrevistado Plutão tem o 2º grau completo e declarou já ter cursado até o terceiro semestre de uma faculdade; e o entrevistado Vênus tem o 1º grau completo. Metade dos entrevistados sabe ler e escrever, entretanto todos sabem assinar os seus próprios nomes. Nenhum dos entrevistados no momento está fazendo algum curso. Os homens desta pesquisa demonstram ter uma maior escolaridade do que as mulheres, nos fazendo refletir para um debate de gênero, relacionada à

sociedade machista, hierárquica onde as mulheres não têm as mesmas oportunidades que os homens, como afirma o autor Scott (1992) “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”.

Segundo os dados da pesquisa nacional 2008, 74% dos entrevistados sabem ler e escrever, 17,1% não sabe escrever e 8,3% apenas assina o próprio nome. A maioria (95%) não estuda e apenas 3,8% afirmou estar fazendo algum curso (2,1% ensino formal e 1,7% profissionalizante). Neste ponto em específico, os dados obtidos não coincidem na sua totalidade com os dados do presente trabalho.

A fonte de renda dos entrevistados (as) é diversificada. A entrevistada Terra declara que sua renda vem da venda de artesanatos, do auxílio bolsa família e auxílio aluguel. A entrevistada Marte, que não recebe nenhum auxílio governamental, está em situação de prostituição, afirmando estar em um momento muito difícil economicamente. O entrevistado Plutão não recebe nenhum auxílio governamental e vive da venda de artesanatos. O entrevistado Vênus recebe o auxílio bolsa família, auxílio aluguel, e revende água nas ruas.

De acordo com a pesquisa nacional (2008), os entrevistados relataram que, 52,6% recebem entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais, sendo que a maioria da população em situação de rua exerce alguma atividade remunerada, ou seja, é constituída predominantemente por trabalhadores (as). A maior parte trabalha informalmente, apenas 1,9% afirmou possuir vínculo empregatício com carteira assinada. A maioria (88,5%) não recebe nenhum benefício governamental e apenas uma minoria de 15,7% declarou sobreviver por meio da mendicância, atividades remuneradas exercidas pela população em situação de rua: Coleta de materiais recicláveis 27,5%; Atividade de “flanelinha” 14,1%; Construção Civil 6,3%; Limpeza 4,2%; Atividade de Carregador/Estivador 3,1%, entre outras.

Ao compararmos os dados obtidos nas pesquisas, podemos perceber semelhanças e diferenças. A metade dos entrevistados na pesquisa atual tem como renda os benefícios sociais, somado a este, tem-se a renda de artesanato e o trabalho como vendedor ambulante. Assim a outra metade que não recebe os benefícios sociais, e vive da venda de artesanato e da prostituição. Nenhum declarou ter carteira assinada, evidenciado assim o mercado de trabalho informal, de forma que todos desenvolvem atividades de trabalho para a sobrevivência. No tocante a prostituição como forma de obtenção de renda, a pesquisa nacional (2008), não cita em nenhum momento.

Quadro 2. Caracterização sociodemográfica dos entrevistados da pesquisa

Entrevistas	Orientação religiosa	Onde nasceu	Local que os sujeitos se reconhecem	Quanto tempo em Salvador	Acessa algum benefício social	Local de Abrigamento
01 Terra	Católica	Alagoas	Pernambuco	5 anos	Bolsa Família e Auxílio aluguel.	Casa Alugada
02 Marte	Eclética	Sergipe	Aracaju	16 anos	Nenhum	Ruas, praças
03 Plutão	Ecumênico	Sobral	Fortaleza	20 Dias	Nenhum	Ruas, praças
04 Vênus	Candomblé	Saubara	Santo Amaro	55 anos	Bolsa Família e Auxílio aluguel	Casa Alugada

FONTE: Dados obtidos a partir da pesquisa: Pessoas em Situação de Rua e relações familiares: uma visão a partir dos sujeitos que frequentam o Movimento População de Rua. Salvador, Bahia, 2016.

Da população em situação de rua entrevistada, Terra e Vênus declararam ter uma orientação religiosa fixa, sendo Terra com a religião Católica e Vênus a religião Candomblé. A entrevistada Marte declara ser “eclética”, que vai onde se sente bem, e Plutão também frequenta todas as religiões, se declarando ecumênico, que seria o diálogo entre as religiões. Todos deixaram claro que acreditam em Deus.

O local de nascimento dos entrevistados (as) e o local onde os mesmos se identificam como sendo de origem, traz uma particularidade em comum que quero aqui ressaltar. Os estados de nascimento dos entrevistados Alagoas e Sergipe, e as cidades Sobral e Saubara e os seus respectivos locais de identificação, ou seja, locais onde os sujeitos se sentem pertencentes e que são diferentes do local de nascimento: Pernambuco, Aracaju, Fortaleza e Santo Amaro, ou seja, nasceram em um local e se identificam como pertencente a outro. Nasceram em cidades bem pequenas ou cidade de interior, assim migraram para cidades próximas e ou um pouco maior, na busca por uma vida melhor. Posso analisar que nenhum dos (as) entrevistados (as) nasceu ou tem a cidade de origem sendo Salvador (cidade onde foi feita a pesquisa), considerados (as) assim como imigrantes, sendo que todos (as) os (os) quatro vem da região nordeste do país, a região considerada historicamente com mais alto índice de pobreza.

No tocante ao tempo que os (as) entrevistados (as) estão vivendo em Salvador, tem uma variedade grande, sendo que a primeira entrevistada tem 5 anos, a segunda entrevistada tem 16 anos, o terceiro entrevistado tem 20 dias, porém relata que já viveu aqui na cidade durante 1 ano, em outro momento há um tempo atrás e o último entrevistado tem 55 anos que está morando na cidade de Salvador - BA.

Os benefícios sociais que os (as) entrevistados (as), Terra e Vênus declaram receber, o auxílio bolsa família e o auxílio aluguel. E Marte e Plutão não recebem nenhum tipo de auxílio governamental, sendo que estes não possuem nenhuma renda fixa, revelando a situação de vulnerabilidade desse segmento populacional.

No que diz respeito ao local de abrigo, Marte e Plutão estão em situação de rua, onde estes estão dormindo nas ruas, já os entrevistados, Terra e Vênus estão em situação de rua, recebendo o auxílio aluguel, em casa alugada, pois não tem vagas nas unidades de acolhimento da cidade. Assim, este benefício social (auxílio aluguel no valor de 300,00), é utilizado como estratégia paliativa para o fenômeno população em situação de rua, sendo que este tem a duração de 6 meses, e após esse período, mesmo surgindo vagas nas unidades de acolhimento, este sujeito não poderá ser integrado novamente, pois esse é um dos critérios estabelecido pelo programa governamental de auxílio aluguel, ou seja, o indivíduo que não conseguir se “estabilizar” após esse período, voltará a dormir nas ruas, dessa forma culpabilizando esse sujeito, caso não consiga.

A aproximação e compreensão no tocante ao perfil dos entrevistados (as) é o que nos possibilitará a entender como vem se dando o tópico seguinte, que tem por objetivo abordar a trajetória de situação de rua dos (as) sujeitos (as) entrevistados (as) do presente trabalho.

4.2 A TRAJETÓRIA DE SITUAÇÃO DE RUA

Após observar e analisar o perfil dos (as) entrevistados (as) passa-se para a trajetória de situação de rua, que é complexa e com muitas particularidades, tendo como base o roteiro de perguntas semiestruturadas, utilizado durante as entrevistas individuais.

Na busca por entender como vem se dando a trajetória de rua desses sujeitos, a primeira pergunta neste tópico, foi sobre há quanto tempo eles (as) estavam em situação de rua, veremos as repostas a seguir:

[...] estou em situação de rua desde os meus 14 anos e há 5 anos estou aqui em Salvador [...] (TERRA – 51 anos).

[...] estou em situação de rua há 7 anos aqui em Salvador, em Aracajú eu morava com minha família e tinha casa, aqui que estou nessa situação[...] (MARTE – 35 anos).

[...] já morei em alguns lugares, já estive em situação de rua em alguns momentos, hoje aqui em Salvador estou em situação de rua há mais ou menos 20 dias [...] (PLUTÃO – 64 anos).

[...] estou há 5 anos em situação de rua no total , mas aqui em Salvador tem dois anos [...] (VÊNUS – 58 anos).

Em relação ao tempo em situação de rua o quantitativo varia muito, alguns durante um tempo tiveram casa e ou moraram de aluguel, mas hoje se encontram em situação de rua, uns dormem na rua e ou recebe o auxílio aluguel.

A população de rua tem muito trabalho em conseguir sua cidadania, porque não é respeitada e nem considerada (brasileira) pela própria sociedade, que a fez povo de rua. Assim, o homem de rua é um estrangeiro dentro de seu próprio país (ARGILES; SILVA, 2011, p.1).

Cabe ressaltar que nenhum (as) dos (as) entrevistados (as) nasceu em Salvador, contudo todos vivem hoje nesta cidade, porém existem os diferentes contextos e motivos que cada um (a) dos (as) entrevistados (as) vivenciou, tendo em vista as diversas razões que podem vir a ocasionar a situação de rua na vida de uma pessoa.

[...] o motivo de sair de casa foram os conflitos familiares, pois não respeitavam o meu jeito de ser [...] (TERRA – 51 anos).

[...] quis vir para cá, pois estava apaixonada por uma pessoa, depois me decepcionei e resolvi não voltar mais e aqui estou ate hoje [...] (MARTE– 35 anos).

[...] fui abandonado em vários momentos da minha vida, passei a não conseguir criar raízes em lugar nenhum [...], [...] me tornei um cidadão “flutuante”, por diversos motivos me tornei flutuante e até hoje sou. (PLUTÃO – 64 anos).

[...] eu sai de casa por conta dos conflitos familiares... muitas brigas, não consigo viver assim [...] (VÊNUS – 58 anos).

Nos relatos acima, no tocante aos motivos para a situação de rua de cada entrevistado (a), pode-se perceber como a principal razão são os conflitos familiares e questões amorosas, que interferiram diretamente para a situação atua. Como indicado na pesquisa nacional (2008), as principais razões que levaram essas pessoas para a situação de rua, em primeiro lugar: problemas com álcool e/ou drogas (35,5%), em segundo lugar o desemprego (29,8%) e em terceiro lugar desavenças com a família (29,1%), como por exemplo: brigas, agressões físicas e psicológicas, entre outras. No presente trabalho, as desavenças familiares e os

conflitos amorosos aparecem para três dos (as) entrevistados (as), trazendo uma reflexão do contexto social e familiar vivenciado por essas pessoas.

O conceito de família é uma parte tão importante da nossa herança psicológica e cultural que a simples menção do termo evoca intensas emoções. Sentimentos de amor e dor, memórias de momentos agradáveis ou ruins e sentimentos de lealdade e obrigação tendem a borrar nossa visão [...] (SARDENBERG, 1997, p.2).

Pensar família e as relações familiares no tocante aos motivos revelados pelos (as) entrevistados (as), pode – se perceber a contradição existente na própria constituição familiar, a família que “protege” em alguns momentos é a mesma que em outros sufoca, oprime e viola, como trás a autora Cecília Sardenberg, o conceito de família nos remete facilmente a sentimentos de dor e amor, mais ainda assim é uma herança que raramente conseguimos nos desvencilhar.

A família é um fenômeno escorregadio [...] que deve ser entendida de duas maneiras. É, com certeza, uma instituição social e econômica [...]. Mas tem uma outra dimensão [...], a de família enquanto ideologia. De varias maneiras a instituição e a ideologia estão reciprocamente relacionadas e se reforçam mutuamente. Mas o modelo de vida família talvez seja muito mais forte do que se pensa. O modelo de vida familiar permeia nossa sociedade e nossas instituições a tal ponto que, longe de se falar sobre o declínio da família, deveríamos falar do caráter familiar da sociedade (BARRETT; MCINTOSH, 1982:08).

Assim como traz as autoras acima, “a família é um fenômeno escorregadio”, permeado por contradições, onde a todo custo o “valor” familiar deve ser colocado acima de tudo, tendo em vista o “valor” da família para a sociedade, como instituição familiar, mesmo que com isso os membros da família sejam penalizados de alguma forma, tendo como consequência traumas e sofrimentos psíquicos e físicos.

No tocante às atividades que os (as) entrevistados (as) desenvolvem nas ruas, todos (as) passam a fazer das ruas o seu local de sustento, em alguns momentos de socialização e interação também, como veremos a seguir as respostas tem as suas particularidades:

[...] já me “prostituir” durante um tempo, hoje vivo vendendo artesanato nas ruas [...] (TERRA – 51 anos).

[...] faço “programa” nas ruas para sobreviver... mas está difícil nos últimos tempos [...] (MARTE – 35 anos).

[...] faço e vendo artesanato nas ruas [...] é uma forma de conhecer pessoas diferentes e socializar, [...] é na rua que eu faço tudo (PLUTÃO – 64 anos).

[...] já fiz de tudo um pouco nessa vida [...], hoje vendo água em ônibus [...] (VÊNUS – 58 anos).

Ao analisar as respostas dos (as) entrevistados (as) no tocante as atividades desenvolvidas nas ruas, percebe-se que todos (as) realizam alguma atividade seja essa laboral ou não, vendo as ruas como local de manutenção do sustento e em alguns momentos de socialização, trazendo um novo significado para este espaço. Valendo ressaltar as atividades de Terra e Marte, que revela um debate de gênero, onde as mulheres em situação de rua se encontram em extrema vulnerabilidade social, passando a desenvolver atividades com grande risco social, tendo em vista a sobrevivência.

Assim tendo em vista a aproximação com o dia a dia da trajetória de situação de rua, procurou-se saber se os entrevistados frequentavam alguma unidade de acolhimento, tendo em vista local para higiene pessoal, alimentação, pernoite e entre outras situações:

[...] vou às vezes ao CRAS, frequento muito a Força Feminina e a sede do MPR também que não deixo de vir! (TERRA – 51 anos).

[...] frequento a Força Feminina e a sede do MPR [...] (MARTE – 35 anos).

[...] frequento o MPR, aqui me sinto em casa (PLUTÃO – 64 anos).

[...] frequento a sede do MPR [...] (VÊNUS – 58 anos).

Entre os (as) entrevistados (as) temos em comum um local de acolhimento que é a sede do MPR situada no bairro do pelourinho, demonstrando assim a importância desse espaço. Pensando nos espaços e locais de acolhimento e convívio, perceberemos como ocorre através da autora Silva 2009:

[...] a inexistência de moradia convencional regular, [...] procuram os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixios de viadutos), as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoites e abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias (SILVA, 2009, p.136).

Assim pode-se analisar que a trajetória de situação de rua é complexa e regada por vulnerabilidades, valendo ressaltar que não é por acaso que essas pessoas estão em situação de

rua, como vimos no capítulo I existe um histórico social perverso que por várias vezes são jogados para tal situação. Pensando em ampliar a reflexão, no tópico seguinte veremos o debate acerca das relações familiares dos (as) entrevistados (as), sobretudo a partir da visão deles (as).

4.3 AS RELAÇÕES FAMILIARES

Seguindo as análises das entrevistas, neste tópico veremos como se constituem as relações familiares para as pessoas em situação de rua, partindo da visão dos (as) entrevistados (as). Assim com base no roteiro, a primeira pergunta feita foi qual era o significado de família para eles (as):

[...] família para mim... é uma coisa que... (silêncio e lágrimas), [...] não sei o que te dizer, nessa resposta vou ficar neutra... [...] desde criança eu vivi com minha mãe, depois que minha mãe morreu eu ganhei o mundo... [...] então não convivi com minha família... (TERRA – 51 anos).

[...] é muito linda e especial... não tenho palavras... não tenho nada de mal a dizer sobre minha família... só tenho a agradecer a Deus, que abençoe minha família e ponto! (MARTE – 35 anos).

[...] olha... família é tudo... é o esteio de uma vida que começa num processo educacional, seguindo para o processo antropológico, tudo começa na família [...] essa relação mono parental é fantástica... algo que não tive e que nem vou ter, mas sinto que é fantástico! (PLUTÃO – 64 anos).

[...] família para mim é minha irmã, meus dois irmãos e minha sobrinha [...] (VÊNUS – 58 anos).

O significado de família para os (as) entrevistados (as) variou de acordo com as vivências experimentadas por cada um (a) deles (as) no decorrer da vida, cada um (a) com suas singularidades. Fazendo-nos refletir o capítulo II, anterior a esse, sobre família e relações familiares, que é bastante complexo mensurar ou restringir o significado de família e seus desdobramentos, pois cada um (a) percebe de uma forma própria, revelação à contradição deste ponto. Seguindo nas reflexões críticas de Cecília Sardenberg (1997), que traduz o trecho a seguir de Amy Swerdlow:

‘Quem define o que é família? O governo, a opinião popular, ou será um dado conjunto de crenças religiosas e morais que leva alguém a decidir se duas pessoas que não são aparentadas biologicamente ou legalmente, mas que compartilham um lar, recursos financeiros e um compromisso mútuo alongo prazo, constituem uma família, um casal descasado, ou são apenas

companheiros de quarto? (AMY SWERDLOW, 1981; XVI, APUD SARDENBERG, 1997).

Como não pensar a complexidade dessas relações familiares na situação de rua? Essa população passa a se reinventar de acordo com o contexto de vida atual, mas sem esquecer das experiências passadas que perpassam anos e se revela em detalhes das falas, no próprio silêncio ou em lágrimas.

[...] é elas lá e eu cá... [...] mas eu estou doida para ir lá... quando eu chego lá eu abraço todo mundo e todo mundo me abraça [...], [...] há um tempo me perguntaram se eu estava passando alguma necessidade aqui, se não queria ir para lá... eu disse que não... que gostava daqui. [...] minha família é tudo, não tem culpa de nada! (TERRA – 51 anos).

[...] o convívio era tranquilo... mantenho contato com meus tios, mas eles não sabem que estou em situação de rua [...] (MARTE – 35 anos).

[...] fui criado por meus avós que faleceram quando eu tinha 9 anos, depois disso minha vida virou um inferno [...] minha mãe sumiu no mundo e eu fiquei completamente sozinho... [...] tive duas esposas no decorrer da vida e alguns filhos que mantenho contato... [...] (PLUTÃO – 64 anos).

[...] a relação sempre foi difícil e complicada... [...] meus sobrinhos usam drogas, batiam em minha irmã... eu não aguentava ver isso... muitos conflitos não têm convivência (VÊNUS – 58 anos).

As relações familiares para os (as) entrevistados (as) são complexas e cheia de detalhes cruéis. Podemos perceber o quanto esses vínculos são frágeis, como afirma a autora Silva (2009), que traz esse elemento como forma de caracterizar a ida para a situação de rua, que tem: “[...] os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados [...]” (SILVA, 2009, p.136) característico da população em situação de rua, segundo a autora, apontado também pela Pesquisa nacional (2008), como o terceiro principal motivo para ir para a situação de rua.

Vale ressaltar que todos (as) os (as) entrevistados (as) mantém algum contato pessoalmente ou por telefone com seus familiares, porém um (a) entrevistado (a) relata que os parentes não sabem que está em situação de rua, entretanto metade dos (as) entrevistados (as) possuem parentes na cidade de Salvador. Dados obtidos na pesquisa nacional (2008), apontam que do total de entrevistados (as) possui parentes residindo na mesma cidade, 34,3%, sendo que 26,8 mantêm contato frequente com familiares e 38,9% não mantêm nenhum contato com parentes. Veremos a seguir como estes dados se revelam no trabalho atual.

[...] mantenho contato com o pessoal de Alagoas por telefone, tenho um filho lá, eles não sabem que estou em situação de rua... mas o pessoal de

Pernambuco sabe... minha sobrinha que é casada sabe... aqui em Salvador não tenho ninguém não... [...] (TERRA – 51 anos).

[...] continuo mantendo contato por telefone com os meus tios que moram em Aracajú... meu marido e eu que estamos em situação de rua... [...] tenho dois filhos com ele que moram com a família dele... consigo manter contato com meus filhos [...] só tenho isso... (MARTE – 35 anos).

[...] por telefone mantenho contato com meus filhos... [...] eles não sabem que estou em situação de rua... eles não morram em Salvador não! (PLUTÃO – 64 anos).

[...] falo com minha irmã sempre, vou lá sempre... [...] não tenho parentes em outros lugares... mas ela sabe que estou em situação de rua... mas eu que escolhi sair de casa (VÊNUS – 58 anos).

Assim podemos perceber que os vínculos familiares na sua maioria são complexos e instáveis. Os (as) entrevistados (as) revelam as particularidades das suas relações, entretanto fica claro que para eles (as) não são questões simples de ser vivenciadas, mas que aprenderam a conviver.

A seguinte pergunta do tópico de relações familiares, perguntou-se aos (as) entrevistados (as) quem são as pessoas que eles e elas consideravam hoje como componentes de sua família, levando-nos a pensar através da visão deles sobre a formação dos membros da família:

[...] eu tenho minha família... minha sobrinha, os filhos dela, meus irmãos... eu considero todo mundo minha família! [...] (TERRA – 51 anos).

[...] meus filhos, meu marido e a família dele... é minha família o convívio com o projeto Força Feminina, aqui o MPR, os vizinhos que convivo no dia a dia e outras pessoas que conheço (MARTE – 35 anos).

[...] família hoje para mim... é aqui o MPR... a Lucia, o Gonzaga, as Assistentes Sociais, você pesquisadora... é minha família... [...] eu não tenho para onde ir, aí eu venho para cá... pois aqui sou acolhido... [...] (PLUTÃO – 64 anos).

[...] minha irmã é minha família [...] minha sobrinha mesmo com tantos conflitos, é minha família... (VÊNUS – 58 anos).

Os entrevistados: Terra e Vênus tiveram respostas semelhantes, no que se refere aos laços sanguíneos. A entrevistada Marte levou em consideração os laços sanguíneos, as relações de convívio e afeto. O entrevistado Plutão apresenta uma perspectiva mais abrangente do conceito de família, ultrapassando os laços sanguíneos, levando em conta o subjetivo, ou seja, menos laços sanguíneos e muito mais laços de amizade. Como discorre o

autor Donati (1991) “na abordagem relacional, que avalia e interpreta os aspectos invisíveis, porém, extremamente reais que ligam as pessoas para cooperarem ou entrarem em conflito em sua convivência social” (DONATI, 1991, p. 70). Assim no relato do entrevistado Plutão, foi possível perceber esses aspectos invisíveis e que ligam as pessoas. Vale ressaltar que os outros aspectos para se pensar família não foram deixados de lado, mas foram ampliados, tendo em vista a complexidade de pensar essas relações familiares em situação de rua a partir dos relatos dos entrevistados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a analisar a temática família e relações familiares a partir da perspectiva dos sujeitos que frequentam a sede do Movimento População de Rua em Salvador/BA, na busca de ampliar e repensar os padrões de família e relações familiares, em virtude da complexidade do fenômeno população em situação de rua e os seus desdobramentos para noções e práticas familiares.

Tomou-se por referência na construção das análises dos dados os conceitos e descrições contidos na Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, realizada em (2008); Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (2010); Ministério do desenvolvimento Social (MDS); Política Nacional de Assistência Social (PNAS); Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), e alguns autores (as) da temática família e relações familiares, tendo em vista uma melhor compreensão dos mesmos.

Em relação aos dados obtidos, cabe salientar alguns, entre eles, as atividades desenvolvidas pelas mulheres em situação de rua, que relataram a “prostituição” como forma de sustento, revelando um debate de gênero e de vulnerabilidade recorrente na vida das mesmas, remetendo-nos também a questão do desemprego que atinge a população mais fragilizada, agravando a situação de miséria e invisibilidade social.

Os (as) sujeitos (as) entrevistados (as) todos (as) têm referências sobre o seio familiar, mas no decorrer das falas revelam, que por vários motivos “preferem” não permanecer nestes. Assim a instituição social família ao mesmo tempo em que “protege”, por vezes pode vir a violar os direitos dos seus membros, vivenciando uma contradição na maioria dos casos, assim valendo ressaltar os motivos pelos quais os (as) entrevistados (as) da pesquisa atual relatam estarem em situação de rua, em suma conflitos familiares e amorosos, que revela a fragilidade e contradição do seio familiar. Também há a situação de deslocamento de cidades.

O Estado, por sua vez, responsabiliza a instituição familiar, passando a se omitir quanto ao seu papel de responsável por essa família, colocando toda a responsabilidade na família, culpabilizando os seus membros por todas as mazelas e condições concretas de vida. O Estado deve assumir cada vez mais o seu papel, promovendo as condições mínimas de vida, de acesso aos direitos civis e sociais para toda a população, ainda que dentro dessa lógica neoliberal presente no sistema capitalista contemporâneo.

Cabe aqui salientar que ao analisar o que diz respeito à família e a situação de rua, tendo em vista a atual formação da sociedade, perante a “lei” elimina o direito a se ter uma “família”, tendo em vista que para ser “família” é no mínimo preciso dividir o mesmo logradouro, o que passa a se tornar inviável, na condição de situação de rua. Expressa-se, mais uma vez, a questão social e seus desdobramentos de forma mais severa nessa população aqui em foco no trabalho, tendo em vista o histórico da sociedade brasileira e a formatação do sistema capitalista, colocando esses (as) indivíduos (as) para as margens da sociedade.

A ideia de família para os (as) entrevistados (as) e ou o que significa familiares para eles, revela a contradição que é essa instituição social na vida deles (as), que mesmo percebendo e relatando que a situação de rua atual foi influenciada pelos conflitos no seio da família, os mesmos afirmam que “família é tudo”, nos fazendo refletir sobre o que seria esse “tudo”, tão contraditório e cada vez mais presente.

Sendo assim, ao se pensar a família e as relações familiares, faz-se necessário uma análise para além dos laços sanguíneos, considerando-se também os laços afetivos e os arranjos aos quais os indivíduos se organizam. Nesse sentido, o atual trabalho possibilita ampliar aos poucos esse debate “despercebido” socialmente, o qual possui raízes profundas e antigas, que refletem a todo tempo na contemporaneidade e nos desdobramentos do convívio social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGILES E SILVA. Mariglei dos Santos, e Vini Rabassa da. Artigo: **Assistência Social e população em situação de rua** - Universidade Federal do Maranhão - São Luiz/ Maranhão, 2011.

BARRETT, Michele E McINTOSH, Mary. The Anti-Social Family. London: Verso, 1982.

BUARQUE DE HOLLANDA, Aurélio. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

BRASIL: **Decreto 7053 de dezembro de 2009.** Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento Social e Combate a Fome – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – Meta Instituto de Pesquisa e de Opinião. Sumário executivo – **Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua.** 2008. Brasília, DF.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista.** Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2013.

COELHO, Edmundo C. (1978), "**A Criminalização da Marginalidade e a Marginalização da Criminalidade**". Revista Brasileira de Administração Pública, vol. 12, n 2, pp. 139-161.

_____, **CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA, 1988.** Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10645133/artigo-226-da-constituicao-federal-de-1988>. Acessado em: 20/09/2016.

ENGELS, Frederich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado (cap. II A família). São Paulo: Centauro, 2012 p. 33 – 86.

GIL, Antônio Calos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5ed. São Paulo: Atlas, 1987.

GIL, Antônio Calos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GT.POPRUA. **Centro POP Centro de Referência Especializados de Assistência Social para População em Situação de Rua.** Salvador, 2013.

IAMAMOTO, Marida V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional.** 9º edição. São Paulo, Cortez 2005.

IANNI, Octavio. **A questão social.** Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Jan./Mar.1991.

IVO, A. B. L. **Questão social e questão urbana: Laços imperfeitos**. CADERNO CRH, Salvador, v. 23, n. 58, p. 17-33, Jan./Abr. 2010.

Livro: História Econômica do Brasil, 1945. Caio Prado Junior. Ed. Brasiliense.

MARCASSA, Luciana. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado** – Frederich Engels (resenha). Revista de Educação da Anhaguera Educacional (SARE). Vol. 09, n. 09, 2006 pp. 85-90.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

Melucci, Alberto. Challenging codes. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social/ Métodos e Técnicas** – São Paulo, 3 ed. – 8ª reimpr., Atlas, 2008.

SILVA, Maria Lucia Lopes da: **Trabalho e População de Rua no Brasil**, Editora Cortez. São Paulo, 2009.

SILVA, Maria Lucia Lopes da: Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005. 2006. 220 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para a análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1992.

STOFELS. Marie-Ghislaine. Os mendigos na cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SUAS e POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS, Volume 3, Brasília , 2011.

SPOSATI, A. Carta-Tema: **A Assistência Social no Brasil** – 1983-1990. São Paulo: Cortez, 1991.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** – Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi. – 3. Ed. – Porto Alegre: Brookman, 2005.

APÊNDICES:**APÊNDICE A: Roteiro de Perguntas Semi-estruturadas.****APÊNDICE B: Termo consentimento livre e esclarecido.****A) Roteiro de Perguntas Semi-estruturadas.**

Pesquisadora responsável: _____

Data da entrevista: _____/_____/_____

Horário da entrevista: _____

Início:.....Término:.....

Perfil

1. Qual seu nome ou apelido:
2. Qual sua idade:
3. Qual seu sexo e seu gênero?
4. Raça/Cor:
5. Você tem alguma orientação religiosa?
6. Tem alguma orientação sexual?
7. Onde você nasceu?
8. Local de identificação?
9. Há quanto tempo esta em Salvador?
10. Recebe algum benefício do governo?
11. Qual sua escolaridade?
12. Qual sua fonte de renda?
13. Qual seu local de abrigamento hoje?

Trajetória de rua

14. Desenvolve alguma atividade nas ruas?
15. O que te levou a esta em situação de rua?
16. Há quanto tempo esta em situação de rua?
17. Você frequenta alguma unidade de acolhimento?

Relações Familiares

18. O que significa família para você?
19. Como era a sua relação com sua família de origem?
20. Mantém contato ou alguma relação com sua família de origem?
21. Quem são as pessoas que você considera sua família hoje?

B) Termo consentimento livre e esclarecido:

Universidade Federal da Bahia

Instituto de Psicologia

Colegiado de Serviço Social

Endereço: Estrada de São Lázaro, 197 Federação – Salvador – BA

CEP: 40210.730 – Tel/Fax: 3283-6437 – ips@ufba.br

TERMO CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Sou estudante do curso de graduação de Serviço Social da Universidade Federal Bahia. Estou realizando uma pesquisa supervisionada pela professora Larissa Barros, cujo título é: “Pessoas em Situação de rua e relações familiares: Uma visão a partir dos sujeitos que frequentam o Movimento População de Rua”. Esta tem como objetivo analisar o perfil desses sujeitos, a trajetória para a situação de rua e as relações familiares.

Se você consentir, sua entrevista será gravada e após a entrevista você pode solicitar para ouvir retirando e/ou acrescentando qualquer informação. O material da gravação será arquivado pelas pesquisadoras por um período de cinco anos e após esse período será destruído.

Será assegurado o seu anonimato, buscando respeitar a sua integridade intelectual, social e cultural. Você pode desistir ou anular este consentimento em qualquer fase da pesquisa, caso decida, de forma que se evite que seu depoimento sofra consequência danosa na expressão livre de suas opiniões. As pesquisadoras, as entrevistadas e entrevistados não serão remunerados pela participação deste estudo. As despesas do projeto são de responsabilidade das pesquisadoras.

Caso tenha dúvidas referentes à pesquisa, estas poderão ser esclarecidas através do contato do pesquisador: 71-99350-4032.

Após ter sido informada/informado sobre os objetivos da investigação, caso concorde em participar da entrevista, você pode autorizar ou não que as informações coletadas sejam utilizadas para construção da dissertação de graduação, bem como para a divulgação dos resultados obtidos para fins científicos e de gestão do projeto. Sendo assim, se você concordar em participar da referida investigação, assine este termo de consentimento, ficando com uma cópia do mesmo.

Salvador - BA, ____ de _____, 2016.

Assinatura da Entrevistada/Entrevistado

Pesquisadora